

Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC

AJUSTE DIRETO N.º 390/2023 - IBMC

AQUISIÇÃO DE LICENÇAS CLÍNICAS DA HUMAN GENE MUTATION DATABASE (HGMD)

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

1 Identificação do Procedimento

O presente procedimento tem como referência a designação AD 390/2023.

2 Contraente Público

Instituto de Biologia Molecular e Celular – IBMC ("Contraente Público")

NIF 503 828 360 | Rua Alfredo Allen, 208 | 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

3 Decisão de Contratar

A decisão de contratar foi tomada pela Direção do Contraente Público, em 23 de janeiro de 2023.

4 Tipo de Procedimento

O presente procedimento de contratação reveste a forma de Ajuste Direto ao abrigo das subalíneas ii) e iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código de Contratos Públicos ("CCP").

5 Fundamentação da Escolha do Procedimento

Uma das vertentes do CGPP consiste na disponibilização de testes genéticos a vários centros hospitalares nacionais e internacionais. Neste trabalho laboratorial, é essencial a integração do conhecimento técnico-científico relativo às variantes genéticas identificadas nestes estudos genéticos, aplicando um sistema de classificação apropriado e incorporando distintos níveis de informação. Este tipo de trabalho necessita de diferentes ferramentas para interpretação de variantes genéticas, entre as quais os dois tipos de licenças que se pretende adquirir. Estas licenças da HGMD possibilitam o acesso a informação estruturada sobre genes, variantes, fenótipos e publicações que estão em constante atualização, podendo ser acedíveis através de um browser da internet (versão "online"). Por outro lado, a informação existente na HGMD, é um recurso indispensável para a rotina de diagnóstico no CGPP que tem vindo a ser usado na análise de todos os testes genéticos baseados em exoma (versão "download").

A *QIAGEN GmbH*, entidade convidada no âmbito do presente procedimento, facultou declaração de exclusividade das licenças acima mencionadas.

6 Convite e Objeto do Procedimento

O Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC convida a empresa *QIAGEN GmbH* a apresentar proposta, no âmbito de um procedimento de Ajuste Direto adotado para a celebração de um contrato para a *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)*.

7 Acesso às Peças do Procedimento

As peças do presente procedimento de Ajuste Direto são o Convite à apresentação de proposta, respetivos anexos e o Caderno de Encargos junto. As peças do procedimento poderão ser obtidas através de *download* na página do Contraente Público, <http://www.ibmc.up.pt/public-procurement>.

8 Esclarecimentos e Retificações sobre as Peças do Procedimento

Os esclarecimentos necessários à boa compreensão das peças do procedimento são da competência do Contraente Público, devendo os respetivos pedidos serem dirigidos para o seguinte endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt Os esclarecimentos devidos serão prestados pela mesma via.

9 Documentos que Constituem a Proposta

9.1 A proposta a apresentar pelos concorrentes, deverá conter os seguintes documentos:

- a. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo I* ao presente Convite (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP);
- b. Proposta de preço elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo II (Modelo de Proposta)* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- c. Outros documentos, que o concorrente considere indispensáveis, por conterem atributos da proposta, de acordo com os quais se dispõe a contratar. No entanto, a informação contida nos referidos documentos, deverá limitar-se ao estritamente necessário para a caracterização da aquisição de bens objeto do contrato, até ao limite de **5 (cinco) folhas** apresentadas pelo concorrente. Caso seja excedido este limite, as páginas excedentes não serão consideradas para qualquer efeito.

9.2 Todos os documentos que constituem a proposta podem ser apresentados em idioma português ou inglês, à exceção do referido na alínea a) que deverá ser obrigatoriamente redigido em idioma português.

9.3 Os documentos que constituem a proposta deverão ser assinados pelo convidado ou pelo seu representante legal com poderes para o obrigar ou, ainda por mandatário, sendo que neste caso deverá juntar-se o respetivo instrumento de mandato, sob pena de exclusão.

10 Propostas Variantes

Não é admitida, no presente procedimento, a apresentação de propostas variantes.

11 Preços

11.1 Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em euros, em algarismos e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

11.2 Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais mais decompostos.

12 Modo de Apresentação da Proposta

12.1 A proposta relativa ao presente procedimento deverá ser submetida, através da página de Internet do Contraente Público, cujo acesso é gratuito: www.ibmc.up.pt/public-procurement.

12.2 Poderão submeter até um máximo de 10 ficheiros com uma dimensão individual, máxima, de 26MB e nos seguintes formatos: pdf, zip, rar, xls, docx, doc e odt. Após a submissão, a entidade convidada receberá uma confirmação, via correio eletrónico, do ato.

12.3 Alertamos que apenas ficará autorizado a aceder ao nosso portal, para efeitos de submissão de proposta, o(s) endereço(s) de correio eletrónico por nós autenticado(s), juntamente com a chave do tipo "c5651f87c86dfdb3473e027ec8a28abb8958db" fornecida aquando do envio do convite deste procedimento.

12.4 Será da responsabilidade da entidade convidada qualquer problema que ocorra no envio ou receção de mensagens de correio eletrónico de dimensão excessiva.

13 Prazo para Apresentação da Proposta

A proposta e os documentos que a instruem deverão ser submetidos até **às 16:00H** do dia **27 de janeiro de 2023**.

14 Prazo de Manutenção da Proposta

A proposta será válida pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

15 Documentos de Habilitação

15.1 Em caso de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, nos termos do artigo 81.º do CCP e da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro, os seguintes *Documentos de Habilitação* no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da notificação da decisão de adjudicação:

- a. Declaração, sob compromisso de honra, elaborada em conformidade com o modelo constante do *Anexo III* ao presente Convite, do qual faz parte integrante;
- b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP, designadamente:
 - ✓ O Registo Criminal atestando a idoneidade da empresa e dos Titulares dos Órgãos Sociais de Administração, Direção ou Gerência ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resulte que aqueles requisitos se encontram satisfeitos;

- ✓ Certidão de Registo Comercial da Empresa ou documento equivalente;
- ✓ Certificado comprovativo de situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e impostos devidos no país do adjudicatário ou certificado equivalente emitido pela entidade competente.

15.2 Conforme o artigo 4º, da Portaria 372/2017 de 14 dezembro, quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação, mencionados na alínea b) anterior, estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

15.3 Ao abrigo da alínea b), nº 2, Art.º 3º do DL 60/2018 de 3 agosto, a declaração prevista na alínea a) do n.º 15.1, desde que apresentada nos idiomas admitidos para a apresentação da proposta, não carece de tradução devidamente legalizada;

15.4 No âmbito da alínea c), nº 2, Art.º 3º do supracitado Decreto-Lei quando, no país de origem do adjudicatário, não se proceder à emissão do(s) documento(s) ou certificado(s) de habilitação exigidos na alínea b) do número 15.1, este(s) poderá(ão) ser substituído(s) por declaração sob compromisso de honra. A mesma pode ser redigida nos idiomas previstos para a apresentação da proposta, não carecendo de tradução devidamente legalizada nem de ser prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente.

15.5 Em conformidade com o disposto no n.º 7, do art.º 3.º, da Portaria 372/2017 de 14 de dezembro, o órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste Convite, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

15.6 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do artigo 86º do CCP, o Contraente Público notificará o Adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe o prazo de 2 (dois) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

15.7 Quando, em função das razões invocadas, as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, derivem de um facto não imputável ao adjudicatário, o Contraente Público fixará um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para efeitos de apresentação dos Documentos de Habilitação em falta.

15.8 O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no presente artigo anterior através do endereço de correio eletrónico: procedimentosccp@ibmc.up.pt

15.9 O Contraente Público notifica o adjudicatário, da apresentação dos documentos de habilitação pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 85.º do CCP.

15.10 A não apresentação dos documentos de habilitação nos termos previstos no presente artigo implica a caducidade da adjudicação (*vide* artigo 86.º do CCP).

16 Falsidade dos Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação.

17 Legislação Aplicável

Ao presente procedimento de formação de contrato, é aplicável a lei Portuguesa, sendo que ao procedimento e em tudo o omissa e ou que não esteja especialmente previsto neste convite aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo DL 18/2008 de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo DL 111-B/2017 de 31 de agosto, redação vigente, e demais legislação e regulamentação aplicáveis, e, se for o caso, o estatuído no Caderno de Encargos deste procedimento.

Junta: 4 anexos ao Convite

Caderno de Encargos e respetivo anexo.

Porto, 23 de janeiro de 2023

ANEXO I - Modelo de Declaração

la que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ¹ [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ajuste direto com a referência *AD 390/2023*, para *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

1- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo³:

- a) Anexo I – Modelo de Declaração;
- b) Anexo II – Modelo de proposta;
- c) ...;

2- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

3- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

4- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação das sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

³ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57º do CCP.

5- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no Artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

6- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do Artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura⁴]

⁴ Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO II - Modelo de Proposta

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁵ [firma, número de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, conservatória do registo onde se encontre matriculada, a sede, capital social ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de matrícula e de identificação de pessoa coletiva, conservatórias do registo onde se encontrem matriculadas, sedes e capitais sociais], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do procedimento de Ajuste Direto com a referência *AD 390/2023*, para a *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)* vem apresentar a sua proposta, obrigando-se a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do caderno de encargos, demais elementos do procedimento e com os seguintes atributos:

- i. O valor global da proposta é de €....(por algarismos e extenso) (vide ponto 9 do Caderno de Encargos) [a indicar].*
- ii. O valor contratual proposto para HGMD "Download", Clinical Use, Medium Ent" é de €...(por algarismos e extenso) [a indicar].*
- iii. O valor contratual proposto para HGMD "Online", Clinical Use" é de €...(por algarismos e extenso) [a indicar].*

Comunicações e notificações:

Para o Adjudicatário:

À atenção de: [completar]

Morada: [completar]

Endereço de correio eletrónico: [completar]

O imposto sobre o valor acrescentado, à taxa legal em vigor, será liquidado pela entidade adjudicante de acordo com as normas em vigor.

Mais declara(m) que se submete(m), em tudo o que respeitar ao objeto do procedimento, e à execução do contrato ao que se acha prescrito na legislação portuguesa em vigor e ao foro do Tribunal da Comarca do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

[Local], [Data], [Assinatura⁶]

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

⁶ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

la que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1- [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de Ajuste Direto com a referência *AD 390/2023*, para *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)* declara, sob compromisso de honra, que a sua representada não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:⁷

2- O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁸] os documentos comprovativos de que a sua representada⁹ não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *h)* do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [Data], [Assinatura]¹⁰

⁷ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

⁸ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁹ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada".

¹⁰ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos

ANEXO IV – Modelo de Declaração

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Artigo 10º do Convite, se aplicável]

Declaração de Compromisso de Entidade Subcontratada

..... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede da entidade subcontratada], tendo tomado inteiro e perfeito consentimento das peças do procedimento de Ajuste Direto com a referência AD 390/2023, para a *Aquisição de Licenças Clínicas da Human Gene Mutation Database (HGMD)* declara, sob compromisso de honra e na qualidade de entidade subcontratada, que, em caso de adjudicação da proposta apresentada por [firma do concorrente ou, no caso de agrupamento concorrente, firma das entidades que o compõem], a entidade sua representada se compromete a executar, em regime de subcontratação, a(s) atividade(s) de [identificar todas as atividades pelas quais a entidade subcontratada será responsável] integradas no objeto do contrato a celebrar, em conformidade com o caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

[Local], [Data], [Assinatura¹⁰]

[As notas constantes do presente modelo, ou equivalente, não devem ser reproduzidas no documento, constituindo um mero elemento definidor do modo como o documento deve ser elaborado]